

Deputados da Renamo distanciam-se da Junta Militar

Por Argunaldo Nhampossa

Três deputados da bancada parlamentar da Renamo, de um total de quatro notificados, foram, esta quarta-feira, ouvidos na Procuradoria-Geral da República (PGR), num processo em que são acusados de serem financiadores da auto-proclamada Junta Militar da Renamo (JMR).

A polícia acusa a JMR de protagonizar ataques armados a alvos civis e das Forças de Defesa e Segurança no centro do país, desde Agosto do ano passado. JMR, que contesta a liderança de Ossufo Momade, é dirigido por Mariano Nyongo, um antigo operacional de Afonso Dhlakama.

Audição na PGR

Ivone Soares, chefe da bancada parlamentar da Renamo, José Manteigas, porta-voz do partido e os deputados António Muchanga e Manuel Bissopo foram notificados para serem ouvidos nesta quarta-feira na Procuradoria Geral da República (PGR). Bissopo submeteu um requerimento à PGR para que fosse auscultado na cidade da Beira onde reside.

Numa audição em separado, que levou cerca de seis horas, os deputados e quadros seniores da Renamo apresentaram-se à PGR para, na qualidade de declarantes, prestarem os devidos esclarecimentos no âmbito do auto 16-21/2019 perante um magistrado de Ministério Público.

Em causa está o seu alegado envolvimento como financiadores e logísticos da Junta Militar da Renamo, chefiada pelo general Mariano Nyongo.

A 21 de Novembro do ano transacto a Polícia da República de Moçambique (PRM) deteve seis indivíduos em Quelimane, na Zambézia, que, perante a imprensa, confessaram que estavam ao serviço de Mariano Nyongo, tendo como missão recrutar jovens para treinos militares, reactivação de bases e ataques a pessoas e bens.

Os detidos declararam que a Junta Militar conta com o apoio de Manuel Bissopo, António Muchanga, Elias Dhlakama, irmão do falecido líder da Renamo Afonso Dhlakama, Sandura Ambrósio, deputado e antigo delegado da Renamo na cidade da Beira, e de Ivone Soares.

No presente processo a PGR não notificou Elias Dhlakama e Sandura Ambrósio.



PGR busca esclarecimentos do alegado financiamento da Junta Militar

Violação do estatuto

Em declarações à imprensa depois da audição, António Muchanga, deputado daquela formação política, não entrou em detalhes alegando questões processuais que não podem ser reveladas publicamente, sendo que oportunamente serão conhecidas. Acompanhado pela sua advogada Alice Mabota, deixou claro que a solicitação da PGR tem a ver com as acusações que pesam sobre si de ser um dos financiadores do grupo de alegados guerrilheiros detidos na Zambézia.

Avançou que não tem motivos para se aliar a uma Junta Militar que declarou que vai matar o presidente da Renamo, Ossufo Momade.

Segundo Muchanga, a fundação daquele grupo não faz sentido, não tem pés nem cabeça por ser um dos assessores do presidente da Renamo, bem como pelo facto de ter merecido confiança de ser cabeça-de-lista para governador da província de Maputo e não vê motivos para se virar contra o seu dirigente.

No entanto, Muchanga manifestou a sua indignação com a forma como o processo foi conduzido, acusando a presidente da Assembleia da República (PAR), Verónica Macamo, de violar artigo 24 do estatuto do deputado que estabelece que: "O deputado não pode intervir em processos judiciais como perito, testemunha ou declarante, salvo quando autorizado pela Assembleia da República ou pela Comissão Permanente".

Ademais disse que foi tratado como funcionário da Assembleia da República e não como deputado, o que configura uma falta de consideração perante os seus pares.

"Eu vim à PGR por respeito aos moçambicanos, por respeito a le-

galidade, porque também quem não deve não teme. Não tenho problemas de esclarecer o que sei, mas a PAR violou o Estatuto do Deputado", disse.

Acrescentou que a lei veda que os deputados prestem declarações em sede de tribunal sem que sejam respeitados os trâmites legais.

Entende que a PAR já não merece confiança para estar naquele cargo, porque só faz confusão perante os processos, tendo exemplificado com o "caso Manuel Chang".

José Manteigas, porta-voz da Renamo e membro da Comissão Permanente da AR, foi o terceiro e último a ser ouvido pela PGR. À sua saída, deixou o seu advogado prestar declarações à jornalista. Parco em palavras, Alberto Sabe, advogado de Manteigas, disse que o seu constituinte ia prestar esclarecimentos em matéria meramente processual. Declinou ligações com acusações de financiamento a Junta Militar alegando que a Renamo sempre se distanciou dos ataques militares no centro do país. Contrariamente a Muchanga, o advogado de Manteigas disse não haver nenhuma violação do Estatuto do Deputado, pois a lei permite que o seu constituinte seja ouvido.

Manuel Bissopo integra também a lista dos solicitados pela PGR para prestarem esclarecimentos, mas não chegou a comparecer, por estar a residir na cidade da Beira, província de Sofala.

Bissopo alegou questões financeiras para se deslocar à Maputo, mas manifestou disponibilidade em colaborar. Submeteu esta quarta-feira, via portador diário, um requerimento à sede PGR, em Maputo, manifestando falta de condições financeiras para se fazer presente na data e hora marcadas na notificação.

Pediu para ser ouvido a partir da cidade da Beira, onde tem residência fixada.

Ivone Soares, chefe da bancada parlamentar, foi a primeira a prestar declarações na PGR, mas não falou à imprensa. Entrou e saiu discretamente a bordo de uma Toyota surf.



Alberto Sabe, advogado de José Manteigas



António Muchanga



Manuel Bissopo